

**Ao Juízo da Vara Cível da Circunscrição Judiciária de
XXXXXXXXXXXX / UF.**

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portador da carteira de identidade nº XXX.XXX SSP-UF, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na ENDEREÇO, telefone: (XX) XXXX-XXXX, ou (XX) XXXXX-XXXX, **vem, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal** nos termos da legislação vigente, ajuizar a presente:

**AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C
TUTELA DE URGÊNCIA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS**

em desfavor do **XXXXX**, **pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o n. XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, doravante denominado de Requerida, com sede na ENDEREÇO, CEP: XX.XXX-XXX, endereço eletrônico: XXXXXXXX@XXXXXXXX.com.br, telefones: (XX) XXXX-XXXX, **podendo ser citado em uma de suas filiais no Distrito Federal a saber:** , telefone: (XX) XXXX-XXXX, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expendidos.

SÍNTESE DOS FATOS

O Autor é XXXX, vinculado efetivamente à XXXXXXXX, lotado na Escola TAL **desde o ano de ANO**. Desde sua aprovação no concurso público, **no ano de ANO** - conforme declaração anexa -, nunca exerceu **NENHUMA OUTRA ATIVIDADE LABORATIVA EM QUALQUER EMPRESA**, seja pública ou privada, percebendo anualmente **somente** o valor correspondente ao seu cargo de Agente Educacional/Vigilante na escola acima mencionada.

Ocorre que, no ano de ANO, ao consultar o site da Receita Federal para fins de conferência do Imposto de Renda, pôde constatar que **fora inserido em seu CPF uma segunda renda que supostamente teria recebido durante o ano de ANO. Tal renda foi declarada pela empresa XXXXXX - ora requerida**, no valor de R\$ XX.XXX,XX (VALOR POR EXTENSO reais) **supostamente pago ao Requerente** no exercício de ANO ao Sr. FULANO.

Entretanto, conforme dito acima, o autor **JAMAIS EXERCEU QUALQUER TIPO DE ATIVIDADE LABORATIVA QUE NÃO JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DF**, nunca sequer chegou às proximidades de qualquer filial da rede de hotéis XXXX. Isto posto, diante da inverídica Declaração de Imposto de Renda 2015 (DIRF) preenchida e emitida pela XXXX, foram feitas diversas tentativas via e-mail, bem como por telefonemas, para que fosse feita a retificação junto à Receita Federal do Brasil, porém não se obteve êxito - cópia do e-mail em anexo.

É importante salientar que, conforme e-mail anexado, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DE

XXXXXXX, FORAM ENCAMINHADOS DIVERSOS E-MAILS AOS RESPONSÁVEIS POR TAL EQUÍVOCO, porém até o momento não se obteve nenhum tipo de resposta, nem via e-mail, nem via telefone.

Desta forma, EM VIRTUDE DA DECLARAÇÃO ERRÔNEA DA DIRF **EMITIDA PELA REQUERIDA**, na qual consta o recebimento de valores pelo Sr. FULANO, **SUA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA ANO ANO/ANO FOI RETIDA NA MALHA FINA DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL**, fato que está trazendo inúmeros prejuízos ao mesmo, mormente pelo fato da Requerida ter informado à Receita pela Hotelaria rendimentos que o autor JAMAIS RECEBEU em 2015 e em qualquer outro ano.

Ressalte-se por fim que, conforme anexado, o documento em que consta **a “Relação de DIRPF do CPF XXX.XXX.XXX-XX” é claramente perceptível - no campo “situação” - que no exercício ANO o Sr. FULANO caiu na MALHA FINA FISCAL, demonstrando que em razão do ERRO INESCUSÁVEL** praticado pela Requerida o Sr. XXXXXX foi imensuravelmente lesado e prejudicado.

E, claro, teve sua vida totalmente abalada pois incontáveis dias foram perdidos e altamente prejudicados em razão do ocorrido – idas e vindas na Receita Federal, idas e vindas na Defensoria Pública, e inúmeros outros transtornos de ordem até mesmo psicológica.

DO DIREITO

I - DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO

CONSUMIDOR A PRESENTE DEMANDA

O Código de Defesa do Consumidor constitui microssistema jurídico regulador de específicas relações caracterizadas pela qualidade das partes envolvidas, quais sejam: o consumidor, aquele que vai ao mercado de consumo para adquirir ou utilizar os bens ofertados como destinatário final destes (art. 2º do CDC), as vítimas do evento (art. 17 do CDC) ou todas as pessoas, determináveis ou não, expostas às práticas comerciais (art. 29 do CDC), reconhecidamente vulneráveis; e o fornecedor, aquele que coloca o produto ou serviço no mercado de consumo em razão da atividade mercantil e habitual que exerce, reconhecida sua superioridade econômica.

Nesse sentido, tem-se que o Código de Defesa do Consumidor é plenamente aplicável à espécie dos autos, pois o Requerente é consumidor por equiparação (art. 17 do CDC) e os Requeridos fornecedores de bens e serviços.

E havendo uma relação onde está caracterizada a vulnerabilidade entre as partes, como de fato há no presente feito, este deve ser agraciado com as normas atinentes na Lei n. 8.078/90, principalmente no que tange aos direitos básicos do consumidor, e a letra da Lei é clara.

Desta forma, faz necessária a INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA a favor do Requerente, de tal sorte, que compete a Requerida fazer a prova de que o Requerente é o real beneficiário dos rendimentos declarados pela HOTELARIA

XXXX, comprovando tais rendimentos com recibos de pagamento, contrato de trabalho, dentre outros, HAJA VISTA QUE O AUTOR REAFIRMA NO SENTINDO DE QUE JAMAIS HOUVE QUALQUER VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE SI E A REQUERIDA.

Ressalte-se os imensos transtornos que isto vem causando ao Sr. Antônio, até mesmo de ordem psicológica, haja vista que JAMAIS qualquer relacionamento profissional com empreendimento da rede de Hotéis XXXXX.

II - DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO REQUERIDO

A responsabilidade civil objetiva do Requerido, com relação à reparação dos danos causados ao Requerente, por declarar junto à Receita federal rendimentos inexistentes, independentemente da existência de outro responsável pelo dano, é indubitosa, e encontra-se positivada no art. 14, *caput* da Lei nº. 8.078 de 1990:

“CDC - Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Verifica-se *in casu* a negligência da Requerida perante o Requerente, vez que, seus atos resultaram na inserção do nome e CPF do autor na MALHA FINA da Secretaria da Receita Federal, e

cerceando seu direito recebimento de rendimentos retidos na fonte, bem como ocasionando INENARRÁVEIS transtornos de ordem psicológica e emocional no autor da presente ação.

III - DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA

Considerando o fato de que o Requerente JAMAIS teve qualquer vínculo empregatício ou societário com qualquer filial da HOTELARIA XXXX, que JAMAIS prestou qualquer tipo de serviço para a empresa requerida, e de **jamaís** ter ao menos estado nas proximidades de exercer qualquer outra atividade laborativa que não na Secretaria de Educação do Distrito Federal, **tem-se que ao final deverá ser prolatada decisão reconhecendo a INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA entre o Autor e a empresa requerida, para:**

*◇ Declarar inexistente qualquer relação empregatícia ou societária entre a empresa HOTELARIA XXXX e o Sr. XXXXXX, referente ao recebimento no ano de 2015 de rendimentos tributáveis no valor de R\$ 67.333,55 (**com imposto retido de R\$ 6.831,56**) e R\$ 5.418,55 referente a 13 salário (**com imposto retido de R\$ 479,66**) e recolhimento da previdência oficial de R\$ 6.359,00 e dependentes de R\$ 379,18, e ainda recebimento de lucros e dividendos de R\$ 1.679,20;*

Ainda, deverá ser determinado que a empresa Requerida

emita e entregue/encaminhe a Secretaria da Receita Federal documento fiscal/contábil no qual conste que a informação de que no ano de 2015 o Autor não recebeu da empresa HOTELARIA XXXXXX -qualquer dos valores acima referidos, retificando assim, a informação anteriormente enviada à SRF de que o mesmo teria recebido os valores de :

recebimento no ano de 2015 de rendimentos tributáveis no valor de R\$ 67.333,55 (com imposto retido de R\$ 6.831,56) e R\$ 5.418,55 referente a 13 salário (com imposto retido de R\$ 479,66) e recolhimento da previdência oficial de R\$ 6.359,00 e dependentes de R\$ 379,18, e ainda recebimento de lucros e dividendos de R\$ 1.679,20;

DOS DANOS MORAIS DEVIDOS AO REQUERENTE

Outro ponto a ser enfrentado na sentença de mérito diz respeito ao fato de que tudo que foi relatado na presente petição demonstra o abuso do poder econômico por parte da Requerida, que, **de forma indevida e ilegal**, acarretou inúmeros problemas de ordem emocional e psicológica no autor, **que possui hoje quase 60 anos de idade - a pouco menos de 5 meses de completa-lo.**

Ressalte-se que foram realizadas inúmeras tentativas, frustradas, de solicitação de informações a respeito da Declaração prestada pela requerida em relação ao suposto rendimento auferido pelo autor, levando-o a constrangimentos de toda a ordem.

Estão anexados os e-mails e os respectivos destinatários com os quais a Defensoria Pública de Sobradinho tentou entrar em contato, com a finalidade de que fosse feita uma retificação ou pelo menos fossem prestadas informações sobre a inverídica declaração prestada pela Requerida.

Ainda que a Requerida alegue que falsário tenha utilizado os documentos do Autor e realizado qualquer tipo de operação em nome deste, OU que tal declaração foi erro humano passível de ocorrências, tal atitude não isenta a Requerida de culpa, além do que foram feitas diversas tentativas extrajudiciais para que o erro fosse retificado, fatos estes que geraram mais e mais constrangimentos, o que pode ser percebido em recente Julgado do TJDF ementado abaixo **por analogia ao caso em tela:**

DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. SERASA/SPC. VALOR DA INDENIZAÇÃO. 1 - AGE COM CULPA, MANIFESTADA PELA NEGLIGÊNCIA, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE CONCEDE CRÉDITO A FALSÁRIO QUE, UTILIZANDO DOCUMENTO DE TERCEIRO, FAZ EMPRÉSTIMO E CONTRAI DÉBITO EM NOME DESSE. 2 - NA FORMA DO ARTIGO 43, § 2º DO CDC, É OBRIGATÓRIA A COMUNICAÇÃO AO CONSUMIDOR DE SUA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. 3 - A INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME EM SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO GERA CONSTRANGIMENTOS, COM DANO MORAL, QUE DEVEM SER REPARADOS. 4 - APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE.(TJ-DF - AC: 923538520038070001 DF 0092353-85.2003.807.0001, Relator: JAIR SOARES, Data de Julgamento: 11/04/2005, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: 19/05/2005, DJU Pág. 102 Seção: 3)

Ademais, o **dano moral decorrente da inscrição**

INDEVIDA DO AUTOR NA MALHA FINA DA RECEITA FEDERAL é tido como dano *in re ipsa*, isto importa dizer que não se faz necessária a comprovação do prejuízo o qual é presumido. Entendimento sedimentado na decisão proferido no REsp: 1105974 BA 2008/0260489-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI. Transcrito a seguir, QUE PODE SER CLARAMENTE APLICADO AO CASO EM TELA POR ANALOGIA:

*RESPONSABILIDADE CIVIL. INCLUSÃO INDEVIDA DO NOME DA CLIENTE NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL PRESUMIDO. VALOR DA REPARAÇÃO. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO. CONTROLE PELO STJ. POSSIBILIDADE. REDUÇÃO DO QUANTUM. I - O dano moral decorrente da inscrição indevida em cadastro de inadimplente é considerado in re ipsa, isto é, não se faz necessária a prova do prejuízo, que é presumido e decorre do próprio fato. III - Inexistindo critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, atendendo às peculiaridades do caso concreto, o que, na espécie, não ocorreu, distanciando-se o quantum arbitrado da razoabilidade. Recurso Especial provido(STJ - REsp: 1105974 BA 2008/0260489-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 23/04/2009, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: <!-- DTPB: 20090513
 --> DJe 13/05/2009)*

Com efeito, foi informado que o Requerente jamais firmou qualquer contrato de trabalho ou possuiu qualquer vínculo empregatício com a empresa Requerida, situação em que se torna TOTALMENTE ILEGÍTIMA E ILEGAL qualquer declaração que conste recebimento de rendimentos pelo Sr. XXXXXX provenientes da HOTELARIA XXXXXX.

Assim, certo é que a garantia da reparabilidade do dano

moral é absolutamente pacífica tanto na doutrina quanto na jurisprudência. Tamanha é sua importância, que ganhou texto na Carta Magna, no rol do artigo 5º, incisos V e X, dos direitos e garantias fundamentais faz-se oportuna transcrição:

“Inciso V: é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem:”(grifo nosso).

“Inciso X: são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra ea imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”(grifo nosso)

Ademais, e como a matéria deve ser tratada sob a ótica e dispositivos legais não apenas do Código Civil, mas também do Código de Defesa do Consumidor e Constituição Federal, tem-se que a responsabilidade do Requerido pelos danos causados ao Requerente é OBJETIVA.

E, NESSE PONTO, CUMPRE DESTACAR QUE OS FATOS ORA NARRADOS ULTRAPASSAM EM MUITO OS MEROS ABORRECIMENTOS DO DIA-A-DIA, SENDO EVIDENTE O DESCASO DA REQUERIDA EM ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA RESOLVER O PROBLEMA DO REQUERENTE E DETERMINAR QUE SEJA RETIFICADA A DECLARAÇÃO EM QUE CONSTA A HOTELARIA XXXXX COM UMA FONTE DE RENDA PAGADORA DO AUTOR DA DEMANDA.

Ainda, e, mesmo que este r. Juízo entenda que a presente demanda não deve ser julgada sobre a ótica do Código de Defesa do

Consumidor, tem-se que os danos de ordem moral provocados ao Requerente por parte da Requerida, também se encontram delimitados nos arts. 186 e 927, ambos do Código Civil:

*“Art. 186 - Aquele que, por **ação** ou **omissão voluntária**, negligência ou imprudência, **violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral**, comete ato ilícito.”*

Art. 927 - Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.”

Desta forma, pertinente que a Requerida seja condenada a indenizar o Requerente pelos danos morais sofridos, **tendo em vista que a responsabilidade do Requerido é objetiva, considerando os fatos narrados**, segundo a previsão constante no CDC, bem como, **os fatos objeto do presente feito ultrapassam os meros aborrecimentos e dissabores do dia-a-dia**, mormente, em decorrência dos problemas objeto da presente demanda, o Requerente teve de realizar diversas idas e vindas tanto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, como na própria rede de hotéis XXXXX, bem como à sua real fonte Pagadora - XXXX, além incansáveis telefonemas totalmente mal sucedidos.

DA TUTELA DE URGÊNCIA

Consoante se verifica dos fatos ora narrados, a situação do Requerente é **extremamente gravosa e merece a pronta atenção por parte do Poder Judiciário**.

Nesse sentido, **os fatos narrados são verossímeis** e,

consoante à previsão constante no Código de Defesa do Consumidor, **as alegações do Requerente são a uma análise preliminar deste juízo passíveis de serem consideradas como verdadeiras, mesmo porque, o Autor, ao solicitar a inversão do ônus da prova, desafia o Requerido a comprovar que o autor realizou qualquer atividade laborativa junto à Requerida, que possui ou já possui qualquer vínculo empregatícios com a HOTELARIA XXX,** o que possibilita o deferimento da tutela de urgência nos termos do Art. 300 do CPC.

Por fim, **há de ser ponderado que a medida liminar pleiteada é totalmente reversível,** ou seja, após o recebimento da Contestação, e, sendo eventualmente verificado que os fatos narrados pelo Requerente não são verdadeiros (**O QUE DE FATO JAMAIS OCORRERÁ,** este juízo poderá revogar a liminar deferida.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer a Vossa Excelência:

- a)** A concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- b)** a concessão da tutela de urgência, nos termos do art, 300 e seguintes do CPC, para em face dos argumentos constantes desta inicial, seja determinado que a empresa Requerida emita e entregue/encaminhe a Secretaria da Receita Federal documento fiscal/contábil no qual **conste que a informação de que no ano de**

ANO, o Requerente não recebeu da empresa HOTELARIA XXXXX os valores abaixo referidos, sob pena de multa diária a ser fixada por este juízo:

◇ *Declarar inexistente qualquer relação empregatícia ou societária entre a empresa HOTELARIA XXXXX e o Sr. XXXXXX, referente ao recebimento no ano de 2015 de rendimentos tributáveis no valor de R\$ 67.333,55 (**com imposto retido de R\$ 6.831,56**) e R\$ 5.418,55 referente a 13 salário (**com imposto retido de R\$ 479,66**) e recolhimento da previdência oficial de R\$ 6.359,00 e dependentes de R\$ 379,18, e ainda recebimento de lucros e dividendos de R\$ 1.679,20;*

c) A citação do Réu, para comparecer a audiência de conciliação/mediação, considerando o interesse do Autor na sua realização (art. 319, VII, do CPC), e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;

d) a inversão do ônus da prova a favor do Requerente, nos termos da previsão constante no CDC, devendo o Requerido fazer a devida prova de que o Requerente é realmente beneficiário dos rendimentos obtidos no ano de ANO;

e) a procedência do pedido para confirmar o pedido de tutela de urgência, ou se for o caso, se deferir o mesmo em sentença, para declarar a INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA entre o Autor e a empresa requerida;

◇ Declarar inexistente qualquer relação empregatícia ou societária entre a empresa HOTELARIA XXXX e o Sr. XXXXX, referente ao recebimento no ano de 2015 de rendimentos tributáveis no valor de R\$ 67.333,55 (**com imposto retido de R\$ 6.831,56**) e R\$ 5.418,55 referente a 13 salário (**com imposto retido de R\$ 479,66**) e recolhimento da previdência oficial de R\$ 6.359,00 e dependentes de R\$ 379,18, e ainda recebimento de lucros e dividendos de R\$ 1.679,20;

f) Ainda, a empresa Requerida deverá ser condenada a emitir e entregar/encaminhar a Secretaria da Receita Federal documento fiscal/contábil no qual conste que a informação de que no ano de 2015 o Autor não recebeu da empresa HOTELARIA XXXXXX os valores abaixo indicados:

◇ Declarar inexistente qualquer relação empregatícia ou societária entre a empresa HOTELARIA XXXX e o Sr. XXXXXXXX, referente ao recebimento no ano de 2015 de rendimentos tributáveis no valor de R\$ 67.333,55 (**com imposto retido de R\$ 6.831,56**) e R\$ 5.418,55 referente a 13 salário (**com imposto retido de R\$ 479,66**) e recolhimento da previdência oficial de R\$ 6.359,00 e dependentes de R\$ 379,18, e ainda recebimento de lucros e dividendos de R\$ 1.679,20;

g) a condenação da Requerida ao pagamento a favor do Requerente de indenização à título de danos morais, no valor

de R\$ XX.XXX,XX (VALOR POR EXTENSO reais), referente aos fatos danosos narrados na presente petição;

h) a condenação da Requerida no pagamento de custas processuais, honorários advocatícios a favor do PROJUR no percentual de X% do valor da causa e demais consectários legais;

Pretende provar o alegado por meio dos documentos anexados à presente e pelas demais formas de prova em direito admitidas, cujo rol de quesitos segue ao final, bem como, depoimento pessoal em audiência do Requerente e dos representantes da Requerida, estes últimos sob pena de confesso.

Dá à causa o valor de **R\$ XX.XXX,XX**

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXXXX/UF, DIA de MÊS de ANO.

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL
Defensor Público

| |
|---|
| <p>ROL DE QUESITOS PERÍCIAIS</p> |
|---|

1 - **Comprova se as assinaturas constantes dos contratos, dos cheques emitidos, da abertura de conta-corrente,** objeto de discussão nos presentes autos, que se encontram na posse do Requerido, **provieram ou não do punho do Requerente?**

2 - **As rubricas eventualmente lançadas nos contratos** objeto de discussão nos presentes autos, que se encontram na posse do

Requerido, **provieram ou não do punho do Requerente?**

3 - Apresente as filmagens do circuito interno da Agência na data em que houve a realização da abertura de contas e da realização do financiamento aparece o Requerente em alguma delas?

4 - Outros quesitos que esse r. Juízo entenda relevante para o deslinde da presente ação.